Jornal de Notícias

05 Fevereiro 2010

QREN: Contratualização passa para gestão inter-municipal mais de 720ME até Janeiro

2008-12-16

Lisboa, 16 Dez (Lusa) - A contratualização com associações de municípios da gestão de verbas comunitárias, que deverá passar para a alçada inter-municipal mais de 720 milhões de euros de fundos, vai estar concluída até Janeiro, disse hoje o ministro do Ambiente.

A transferência para associações de municípios da gestão de 25 por cento das verbas dos Programas Operacionais Regionais (POR) iniciou-se hoje com a assinatura de 10 contratos com 12 sub-regiões do Centro.

Nunes Correia, em declarações à agência Lusa, destacou o carácter "inovador" desta componente do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) em relação aos anteriores quadros comunitários, por permitir "descentralizar para as associações de municípios uma parte" da gestão das verbas.

No caso da região Centro, o Programa Operacional Regional (POR) vai transferir para as associações de municípios de Baixo Mondego, Beixo Vouga, Comurbeiras, Beira Interior Sil, Dão-Lafões, Médio-Tejo e Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Oeste e Serra da Estrela a capacidade de gestão de 470 milhões de euros.

A esta, segue-se na sexta-feira a contratualização com oito sub-regiões do Norte, enquanto na segunda-feira, serão firmados cinco contratos semelhantes com cinco sub-regiões do Alentejo, que passarão a ter a possibilidade de gerir 25 por cento das verbas dos respectivos Programas Operacionais Regionais, indicou o ministro.

Comentar
Imprimir
Enviar

Desta forma, ficarão completamente cobertas as regiões convergência - as que dentro do QREN merecem uma discriminação positiva. Até Janeiro, será a vez do Algarve, uma região "phasing-out" (com indicadores de desenvolvimento superiores às outras regiões), que tem um regime diferente e à qual os fundos comunitários destinam menos verbas.

Patrocinado por:

"No Algarve será apenas firmado um contrato com uma sub-região, que cobrirá todo o território", referiu Nunes Correia. Lisboa já não é uma região convergência, porque está equiparada às regiões desenvolvidas da Europa e tem, por isso, um montante muito baixo de fundos estruturais atribuído.

"Neste caso, não se justifica criar uma estrutura administrativa autónoma para gerir verbas tão baixas", mantendo-se esta competência no Programa Operacional Regional de Lisboa, referiu o ministro.

A contratualização, que implica uma transferência de competências, foi "largamente negociada" com a Associação Nacional de Municípios (ANMP), segundo o ministro.

Além da criação de associações inter-municipais, o acesso à gestão das verbas, foi também condicionado à apresentação de planos territoriais de desenvolvimento e que "estão prontos em praticamente todas as regiões", indicou Nunes Correia.

Para o ministro, a "lógica territorial integrada" é uma das questões mais diferenciadoras neste quadro comunitário , por "introduzir uma lógica territorial e evitando a promoção de equipamentos muito semelhantes quase 'encostados' uns aos outros, como acontecia em quadros anteriores.

"Desta forma, obrigam-se os municípios vizinhos a sentarem-se à mesma mesa, discutindo as suas necessidades e ambições, acabando por optar, muitas vezes por equipamentos de escala sub-regional", sublinhou.

O ministro garantiu ainda que todas as regiões serão abrangidas, mesmo as que não tiverem ainda associações municipais organizadas à escala NUTS III. "Quando os municípios manifestaram vontade de criar estas associações, mas estas não têm ainda estatutos aprovados ou órgãos sociais eleitos, será firmado um contrato-promessa, que será definitivo logo que essas questões sejam resolvidas e o plano territorial de desenvolvimento seja apresentado", explicou.

Nunes correia manifestou-se convicto do "entusiasmo" das regiões em acederem a este regime, antevendo que os "contratos-promessa serão firmados em apenas dois ou três casos".